

Terceiro Mundo deve US\$ 7,3 bi ao País

Humberto Netto

"O Brasil é um credor complacente". Esta definição feita por um categorizado diplomata do Itamaraty retrata com exatidão a postura de um "Brasil-credor" pouco conhecido, dono da maior dívida externa dentre todos os países do Terceiro Mundo e ao mesmo tempo credor de mais de 50 países que lhe devem cerca de 7,3 bilhões de dólares. A definição ajuda também a entender a idéia lançada em Punta del Este pelo presidente José Sarney, que quer facilitar o pagamento e até mesmo cancelar parte da dívida de 3 bilhões de dólares que os países latino-americanos têm com o Brasil. A proposta faria parte de um programa destinado a aumentar as possibilidades de comércio regional e também dar aos países ricos "um exemplo concreto da disposição da América Latina de dar tratamento político à questão da dívida".

Segundo dados fornecidos pelo Banco Central, em 31 de dezembro do ano passado o Brasil tinha nada menos que 7,3 bilhões de dólares para receber de países da América Latina, Caribe, África, Oriente Médio e Europa Oriental, dívida gerada pela concessão de créditos para a exportação de bens e serviços.

Enquanto na condição de devedor o Brasil tradicionalmente enfrenta sérias dificuldades no diálogo com seus credores industrializados, como credor o Brasil pauta sua conduta por uma compreensão e flexibilidade que certamente muito apreciaria encontrar nas nações ricas. Este ano, representantes do governo brasileiro renegociaram as dívidas da Nicarágua, Bolívia, Costa Rica e Suriname, dentre outros países. Todos eles manifestaram sua satisfação ante as condições de rolagem dos débitos oferecidos pelo governo brasileiro. Apesar disso, ainda é grande o universo dos países devedores do Brasil que nem sequer iniciaram as consultas preliminares do sempre demorado processo de reescalonamento.

Nada menos que 50 nações integram a lista dos países que, nas mais diferentes latitudes, receberam linhas de crédito fornecidas pelo governo brasileiro. Desse universo fazem parte a Polônia (que deve ao Brasil mais de 2 bilhões de

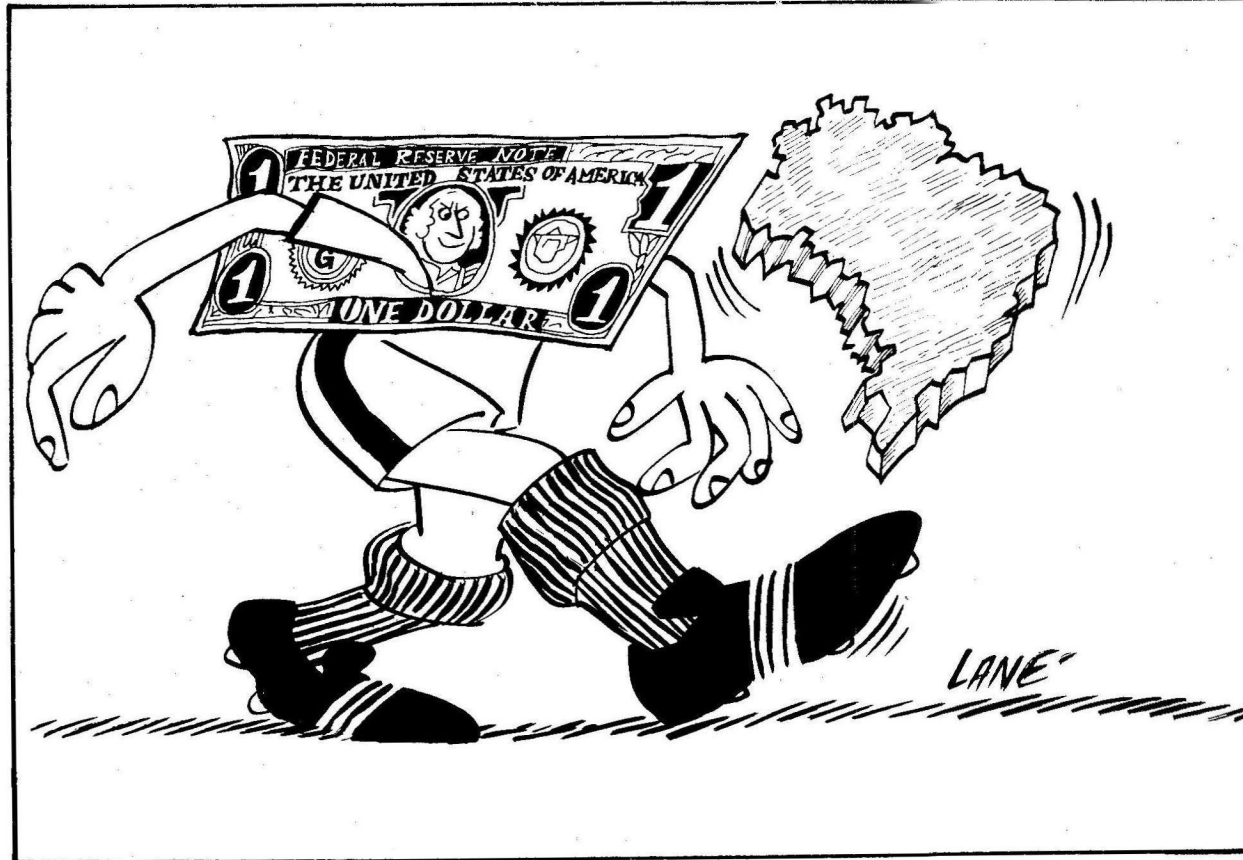
dólares transformados nas tristemente célebres "polonetas", papéis de nenhum valor no mercado financeiro internacional, a África do Sul (que com uma dívida de 100 mil dólares, segundo o Banco Central, é o país que menos deve ao Brasil), Paraguai, Bolívia, Peru, Uruguai, Panamá, Equador, El Salvador, Argentina, México, Colômbia, Nicarágua, Bermudas, Venezuela, Suriname, Honduras, Guiana, Antígua, República Dominicana, Jamaica, Guatemala, República Democrática Alemã, Hungria, Angola, Moçambique, Congo, Tanzânia, Zimbábue, Nigéria, Togo, Zâmbia, Mauritânia, Gabão, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Niger, Senegal, Camarões, Iraque, Egito, Argélia, Tunísia, Turquia e Sudão.

Terceiro-mundismo

De acordo com uma fonte do Itamaraty, o perfil desse Brasil-credor está intimamente associado à política externa implantada pelo País nos últimos governos, especialmente a partir do general Ernesto Geisel. Segundo o diplomata, "de lá para cá é mais que notória a disposição de privilegiar o relacionamento com os países do Terceiro Mundo e um dos instrumentos vitais nesse esforço de aproximação têm sido os financiamentos colocados pela Cacex à disposição de países africanos, latino-americanos e de outros continentes para a aquisição de bens e serviços brasileiros. Nós precisamos do Terceiro Mundo e devemos criar fórmulas capazes de normalizar a situação. Isso será possível desde que procuremos gerar soluções de cooperação comercial e econômica para a reconversão desses papéis".

Flexibilidade

Ao renegociar o pagamento desses créditos, o Brasil tem revelado uma complacência e flexibilidade que raramente encontrou junto aos seus credores. Assim, na busca de solução para o problema, o governo brasileiro estuda fórmulas que vão da busca de aval do BID para as dívidas contraídas pelos países latino-americanos no âmbito dos mecanismos de créditos recíprocos, a operações de contracomércio. Igualmente admite-se adotar o método empregado pelo México no reescalonamento da dívida da Costa Rica. Através dele, a Costa Rica, ao invés de pagar seus



débitos em dólares, está comprando papéis do México no mercado secundário e os repassa aos mexicanos com valor nominal.

Para diplomatas do Itamaraty, "talvez não seja exagerado dizer que o Brasil mostrou uma certa prodigalidade tanto na concessão dos créditos quanto na negociação dos pagamentos, mas o que o país tem procurado nos contatos visando ao reescalonamento dessas dívidas é fazer com que nossos devedores aceitem as regras que somos forçados a aceitar quando negociamos com nossos credores. Nós não estamos dando nenhum subsídio a ninguém. Nossa taxa de juros equivale sempre aos nossos custos de captação do dinheiro no mercado internacional, mais um pequeno spread".

Nos últimos anos, o Brasil renegociou as dívidas da República Dominicana, Uruguai, Bolívia, Peru, Mauritânia, Zâmbia, Congo, Tanzânia e Nigéria, dentre outros, através do Clube de Paris ou de go-

verno a governo. Angola, por exemplo, que já deve ao Brasil mais de 700 milhões de dólares, obteve do governo brasileiro, em julho último, novos créditos no valor de 235 milhões de dólares, 75 milhões para a importação de bens de consumo, 100 milhões para a conclusão de primeira fase da usina hidrelétrica de Capanda, e 60 milhões de dólares para a aquisição de bens de capital. A dívida reescalada abrange parte dos débitos de médio e longo prazos que venceram em 1987 e que vencerão até o final deste ano, num total de 63 milhões de dólares. Os débitos de 1987 serão pagos em seis anos, com três de carência, enquanto a dívida deste ano foi reescalada em nove anos, com seis de carência.

As bases da negociação acertada com Angola — que em sua essência são bastante parecidas com as condições oferecidas pelo governo brasileiro a vários outros países dos quais é credor — deixam claro o forte componente político que teve

peso importante nos termos do acordo assinado. Isso é atestado também pelo comunicado conjunto firmado ao final da rodada de negociações, segundo o qual "o contrato de reestruturação da dívida evidencia o interesse brasileiro em apoiar Angola nessa difícil conjuntura que o país atravessa, em que necessita concentrar todos os esforços disponíveis para a defesa de sua soberania. O Brasil, consciente dessa situação, não hesitou em conceder a Angola condições especiais nessa negociação, procurando, com isso, demonstrar o seu apoio às iniciativas angolanas para reestruturar sua economia e ainda fazer face ao esforço de guerra". O documento deixa claro ainda que a reestruturação foi feita para ajudar aquele país que até 1989 terá que pagar 80% dos créditos tomados no exterior, o que se torna difícil devido — dentre outros fatores — à queda nos preços internacionais de seu principal produto de exportação, o petróleo.